

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A

CONCORRÊNCIA BANDES Nº 2018/001

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO Nº 01

Objeto: Contratação de serviços técnicos especializados de auditoria contábil independente, para o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES, e Fundos de Desenvolvimento: Fundo para Financiamento de Micro e Pequenos Empreendimentos e Projetos Sociais – FUNDAPSOCIAL, Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES e Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FUNDEPAR-ES, para o Exercício Social de 2018.

1. RELATÓRIO

Trata-se de Impugnação ao edital da Concorrência BANDES Nº 2018/001, apresentada por Maciel Auditores S/S pela qual se objetiva a reformulação do procedimento licitatório resumidamente em razão de (1) inobservância no edital das condições impeditivas previstas na Lei 13.303/2016; (2) impedimento de subcontratação dos serviços; (3) estipulação de prazo de aceitação de documentos/certidões que não tenham prazo de validade expresse; (4) ausência de previsão de aceitação de documentos autenticados digitalmente; (5) prazo para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte regularizar regularidade fiscal está inferior ao previsto na LC 147/2014; (6) ausência de justificativa para ser exigida a delimitação de tempo de execução dos trabalhos admitidos para cálculo da pontuação técnica; (7) não há justificativa para se limitar a quantidade máxima de atestados para apuração da pontuação técnica; (8) que a exigência de habilitação técnica é superior a 50% do quantitativo solicitado; (9) que o edital é restritivo ao solicitar documentos com reconhecimento de firma; (10) que as empresas de auditoria são dispensadas de apresentar certidão negativa junto a Fazenda Pública Estadual; (11) requerendo a utilização obrigatória da modalidade pregão para a contratação dos serviços objeto da presente licitação; e (12) que o peso da proposta técnica é discrepante com relação à proposta de preços.

2. DA TEMPESTIVIDADE

Recebemos no dia 30/05/2018, através de e-mail, o pedido de impugnação da empresa Maciel Auditores S/S. A data para o recebimento dos envelopes e credenciamento dos licitantes, de acordo com o item 2.1 do Instrumento Convocatório, foi fixada para 04.06.2018.

Conforme previsto no parágrafo segundo do art. 41 da Lei nº 8.666/93, o prazo para eventuais impugnações de licitantes é de 02 (dois) dias úteis anteriores à data limite supracitada.

Desse modo, portanto, atendida a única condição de admissibilidade, não resta dúvida que o pedido foi apresentado tempestivamente.

3. DO MÉRITO

ITEM 01

Argumenta a impugnante que no item 3.2 do Edital, o BANDES deixou de observar condições impeditivas de participação em licitações previstas na Lei 13.303/2016.

Contudo, a Lei 13.303 em seu Art. 91 prevê um prazo para as estatais se adequarem à lei:

Art. 91. A empresa pública e a sociedade de economia mista constituídas anteriormente à vigência desta Lei deverão, **no prazo de 24 (vinte e quatro) meses**, promover as adaptações necessárias à adequação ao disposto nesta Lei.

(...)

§3º. **Permanecem regidos pela legislação anterior procedimentos licitatórios e contratos iniciados ou celebrados até o final do prazo previsto no caput.**

O Decreto Federal 8.945/2016 que regulamentou a Lei 13.303/2016, em seu art. 71, complementou:

Art. 71. O regime de licitação e contratação da Lei nº 13.303, de 2016, é autoaplicável, exceto quanto a:

(...)

§ 1º. **A empresa estatal deverá editar regulamento interno de licitações e contratos até o dia 30 de junho de 2018**, que deverá dispor sobre o estabelecido nos incisos do caput, os níveis de alçada decisória e a tomada de decisão, preferencialmente de forma colegiada, e ser aprovado pelo Conselho de Administração da empresa, se houver, ou pela assembleia geral.

§ 2º. É permitida a utilização da legislação anterior para os **procedimentos licitatórios e contratos iniciados ou celebrados até a edição do regulamento interno referido no § 1º** ou até o dia 30 de junho de 2018, o que ocorrer primeiro.

Dessarte - não obstante a vigência imediata da lei - cuidou o legislador de assegurar um período de adequação para que as empresas estatais até então existentes se ajustassem às novas previsões legais.

Restringir-se à interpretação meramente literal da previsão contida no artigo 97, como deseja a impugnante ao valer-se do conteúdo da nova lei das Estatais, é tolher de eficácia as regras de transição supramencionadas e limitar a aplicação do conteúdo normativo em um só sentido, o que obviamente não reflete a intenção evidenciada no texto legal.

Diante o exposto, tendo em vista que o BANDES no momento da abertura do processo licitatório ainda não havia editado seu regulamento interno e se encontrava dentro do período transitório permitido pela lei,

engana-se completamente o licitante, já que o processo foi devidamente instruído com base na Lei 8666/93, não havendo motivos para exigir o cumprimento de qualquer regramento da Lei 13.303/2016.

Pedido indeferido.

ITEM 02

Sobre a subcontratação vemos que há equívoco no que se refere na sua alegação, quanto ao entendimento de terceirização.

No contrato administrativo é o licitante vencedor quem deve executar o objeto da licitação realizada, estando vedada a subcontratação total dos serviços, admitida contudo a subcontratação parcial, a critério da Administração. Isso significa dizer que a vedação à subcontratação expressa no instrumento convocatório e contratual, impede a transferência do objeto da licitação a terceiro não participante da licitação e não afeito à relação jurídica estabelecida entre a Administração e o contratado, sendo deste, pois, a integral responsabilidade pela execução do contrato.

Tais fatos, contudo, não guardam relação com as relações jurídicas estabelecidas entre a contratada e seu quadro de pessoal.

No caso em questão não estamos tratando de contratação de profissionais regidos pela Legislação Trabalhista, mas sim da terceirização da empresa vencedora, em permitir a transferência das atividades e responsabilidades objeto do contrato pelo fim a que foi contratada através do certame licitatório para outrem.

O Artigo 72 da Lei 8.666, faculta a possibilidade de subcontratação parcial do contrato e esta não é a intenção do Banco. Portanto, não há que se falar em terceirização dos serviços a serem contratados, não sendo admitida nesta licitação a subcontratação parcial ou total dos serviços, sob pena de rescisão contratual.

Pedido indeferido.

ITEM 3

O item 6.5 do Edital, o seu texto é claro e objetivo e não leva a outras interpretações ao não ser o que está escrito. Não cabe ressalva ou destaques.

Não há dúvidas, pois, documentos inválidos inviabilizam a participação. A segunda parte do texto somente ratifica o entendimento, pois haverá um prazo, ainda que mínimo, entre apresentação dos documentos durante o certame licitatório, podendo tornar sem efeito neste lapso de tempo, justificando-se a apresentação de um novo documento válido, a fim de dar cumprimento legal.

Ainda assim, entendendo a Comissão de Licitação, que tais documentações eventualmente estiverem com informações incompletas, a Lei de Licitações legitima a realização de diligências em seu art. 43, § 3º, pelo qual é:

(...) facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a **promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo**, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Não resta dúvida que o texto do edital não prejudica o certame licitatório, muito menos a participação dos interessados.

Pedido indeferido.

ITEM 04

Afirma a Impugnante que no item 6.6 do Edital o Bandes deixou de considerar que os documentos de habilitação poderiam ser autenticados digitalmente. Contudo, na alínea “b” do mesmo item alude que serão aceitos os documentos apresentados por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente.

É de sabença geral que o tabelião é investido de fé pública pelo Estado. Assim, “atribui autenticidade aos atos e fatos ante a sua fé, consignando os mesmos em instrumentos de sua autoria” (Márcia Bernadete Zanon Franco, 3ª tabeliã de notas de Piracicaba).

A apresentação de documentação habilitatória em cópia autenticada digital pelo denominado “cartório virtual” acompanhada da respectiva certidão de autenticação digital, comprovando-se, desta forma, a veracidade dos documentos e a legitimidade do cartório, pode-se entender que tem o mesmo valor jurídico dos documentos originais e de cópias autenticadas em papel, de modo que há amparo legal e jurídico para habilitar o licitante no procedimento licitatório.

Desde que seja possível conferir a autenticidade dos documentos digitalizados, atestada por meio de um certificado digital emitido no âmbito do ICP-Brasil, pode-se sustentar que a apresentação dos documentos habilitatórios em cópia autenticada digital supre as exigências do edital sem a necessidade de alteração do instrumento convocatório.

Pedido indeferido.

ITEM 05

Solicita a impugnante que seja reformado o item 6.14 do edital, uma vez que ficou consignado o prazo de 2 (dois) dias úteis para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte para regularizar sua situação fiscal caso tenha alguma restrição na comprovação, quando a LC 147/2014 e 155/2017 já previam a alteração do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em seu Art. 43, parágrafo primeiro:

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para

regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

Analisada a alegação do licitante, não resta dúvida que o prazo incluído no edital contraria a legislação vigente e deve ser alterado. Porém, a alteração desse item não afeta a apresentação de propostas, conforme previsto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/1993:

§4º Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, **inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.** (Destaquei)

Isso porque a modificação posterior do edital não afeta a formulação das propostas, pois se trata de alteração de prazo para regularização de documentação habilitatório, em prazo que, caso ocorra, será ainda mais benéfico para o interessado.

Logo, não há necessidade de se reabrir o prazo inicialmente estabelecido.

Portanto, procede o pedido e o BANDES irá retificar o item 6.14 do edital, assegurando que as ME/EPP tenham prazo de 5 dias úteis para regularizar sua situação fiscal.

ITENS 6 e 7

Importante ressaltar a grande diferença entre as **exigências de habilitação (qualificação) técnica e os critérios de pontuação técnica, que não se confundem**, não possuem a mesma natureza jurídica e não limitam da mesma forma a atuação da Administração Pública, sendo a sua finalidade e os seus efeitos diversamente regulados pela Lei (e pelo Direito como um todo).

Nesse sentido, o argumento da ora Impugnante sobre suposta limitação de competitividade (condição restritiva, ao tratar da pontuação conferida a diferentes tipos de atestado) perde força, uma vez que nenhuma condição de participação ou habilitação no presente certame revela fuga dos estritos ditames da legislação vigente, limitando-se tais exigências a determinar a quantidade de pontos técnicos que cada licitante poderá atingir (não há qualquer “restrição”, tal qual menciona a licitante).

Respalando o exposto mais acima, diferenciando a habilitação como exigência de condições taxativas (legalmente delimitadas) – e aqui sim no campo de potenciais “condições restritivas” – e a pontuação como critérios a serem definidos conforme a necessidade da entidade pública, o Tribunal de Contas da União – TCU, no Acórdão 1631/2007, já se manifestou:

1. Diferentemente das condições gerais do direito de licitar – que são exigidas no texto da lei para toda e qualquer licitação, independentemente das circunstâncias de uma situação concreta - , **as condições específicas são fixadas pelo ato convocatório, em função das características da contratação** desejada em um determinado certame, cabendo à Administração Pública, neste último caso, deliberar acerca da extensão e do conteúdo dos

requisitos que serão exigidos daqueles que pretendam formular propostas. (grifos nossos)

2. A discricionariedade na fixação das condições específicas está delimitada pela natureza e extensão do objeto a ser contratado, sendo válidas as exigências dessa ordem desde que se revelem necessárias e adequadas a comprovar a existência do direito de licitar. [...]

Com o mesmo entendimento, Marçal Justen Filho em sua obra “Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos”, 16ª Edição, 2014, pág. 839:

O ato convocatório pode impor exigências especiais no tocante à capacitação técnica dos interessados em participar da licitação. Essas exigências visarão excluir os licitantes que não dominem os conhecimentos ou habilidades excepcionais, exigidos para o caso concreto. [...]

Tem-se de evitar a confusão entre a capacitação técnica da fase de habilitação e as exigências técnicas da fase de julgamento. Aquelas deverão referir-se à figura do licitante, enquanto essas aludirão ao conteúdo propriamente dito das propostas. [...]

As peculiaridades de uma licitação de melhor técnica ou de técnica e preço se refletem no ato convocatório. A investigação acerca da melhor proposta pode envolver exigências pouco usuais ou inusitadas. Isso não constitui, por si só, causa de invalidade da licitação. Como reiteradamente observado, as exigências deverão ser adequadas e necessárias à seleção da melhor proposta.

Importante frisar, ainda, que o ordenamento jurídico vigente, em especial a legislação específica de regência, não proíbe a estipulação de diferentes critérios de pontuação para determinados quesitos, com a finalidade de melhor julgar as propostas, desde que essa diferenciação seja compatível com as finalidades públicas almejadas com a contratação. Imprescindível, assim, a leitura do inciso I, §1º, do art. 3º da Lei de Licitações:

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo [...] e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato [...]

Assim, considerando o dispositivo legal acima, a escolha do BANDES advinda de sua discricionariedade, no presente caso, é pertinente e relevante para o específico objeto do contrato, pois tem o poder de revelar condição da licitante fundamental à prestação do objeto em todas as suas particularidades, que é a expressão de experiência recente e qualificação em auditorias para instituições financeiras.

Quando o item 7.2.1 do edital estabelece que serão pontuados trabalhos de auditoria realizados no período de 2013 a 2017, como já relacionado acima, não cerceia a participação dos interessados, e apenas busca qualificar as licitantes que estejam vivenciando as atividades nos últimos cinco anos.

A exigência de atestados a partir de 2013 visa assegurar que a empresa vencedora do certame demonstre experiência recente no objeto, que sofre constantemente alterações no âmbito contábil, tributário e de controles internos. Tal exigência é necessária pelas razões que se seguem.

Em primeiro lugar, ressalta-se que diferentemente de outros ramos de atividade, as normas contábeis das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil são instituídas pelo Conselho Monetário Nacional, conforme art. 4 da Lei nº 4.595/1964, e não pelo Conselho Federal de Contabilidade.

LEI 4.595/1964:

Art. 4º Compete ao Conselho Monetário Nacional, segundo diretrizes estabelecidas pelo Presidente da República:

XII - Expedir normas gerais de contabilidade e estatística a serem observadas pelas instituições financeiras;

Nesse sentido, os licitantes devem se ater as alterações emanadas principalmente pelo CMN que neste contexto, se tornam bem mais relevantes para a execução dos serviços que se pretende contratar.

Em segundo, a Resolução CFC nº 1.103/2007 citada, apenas criou o Comitê Gestor da Convergência no Brasil, composto por CFC – Conselho Federal de Contabilidade, IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, Comissão de CVM – Valores Mobiliários e BACEN – Banco Central do Brasil. A partir desta criação é que as normas passaram a ser modificadas, e não até 2007.

Em terceiro, somente no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2017, o BACEN, por meio de Resoluções, circulares e cartas-circulares publicou mais de 150 normativos (listados em anexo) que impactam as informações contábeis das instituições financeiras. No âmbito tributário e trabalhista, foram outras dezenas de alterações na esfera federal e municipal, além de exigência de novas obrigações acessórias no âmbito do SPED (ECF, EFD- Contribuições, E-Financeira, DES-IF e alterações significativas no ECD). Até mesmo o ramo de auditoria tem sido bastante atualizado, com mais de 40 normas publicadas a partir de 2013.

Tais números demonstram como o ambiente de negócios das instituições financeiras é fortemente regulado e constantemente atualizado. Todas essas alterações perpassam o escopo dos serviços que se pretende contratar, tornando-se indispensável que a licitante demonstre estar presente neste mercado, através da apresentação de atestados que comprovem experiência em trabalhos realizados pelo menos a partir de 2013.

Já com relação ao item 7, o BANDES ao estabelecer um limite máximo de atestados a serem apresentados para pontuação técnica, não vislumbra qualquer ilegalidade na exigência posta no Edital, uma vez que não cerceia a participação dos interessados, como já exposto anteriormente, e amplia o escopo da competitividade.

A apresentação de quantitativo ilimitado de atestados, implicaríamos ter empresa com pontuação elevada, inibindo a competitividade e reduzindo a busca pelo melhor preço, assim não teremos alcançado o nosso objeto em contratar uma empresa qualificada tecnicamente com uma boa proposta financeira. Isso por si só, já contradiz com o argumento apresentado pela impugnante em outros diversos pontos dessa peça.

Pedidos indeferidos.

ITEM 8

O BANDES é uma empresa de economia mista de direito privado, somos um banco de desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, com atuação essencialmente regional, que além cumprir as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, somos também obrigados a cumprir as determinações emanadas pelo Banco Central.

E por não estarmos na abrangência do Governo Federal, não estamos abarcados pela Súmula nº 222. As decisões do Tribunal de Contas da União relativas à aplicação de normas gerais de licitação, sobre as quais cabe privativamente à União legislar, devem ser acatadas pelos administradores dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Destaca-se que não há nesta sumula o alcance para empresas de economia mista.

Todavia não podemos negar, que as jurisprudências do TCU são referências que sempre seguimos. Entretanto neste caso em questão, estamos buscando uma solução para que possamos ter maior segurança na captação de uma empresa de auditoria, já que o nosso patrimônio líquido é um dos menores dos bancos constituídos neste país, o que requer de nossa parte maior atenção.

Por outro lado, o que não pode deixar de ser relatado é o fato de que a impugnante é a atual prestadora de serviços do BANDES e esse ponto do edital não fere a sua participação, já que possui atestado de capacidade técnica emitido pelo banco. Se tal item não prejudica a participação da impugnante, qual seria o real interesse na alteração do edital a não ser a protelação do certame licitatório e a consequente manutenção do contrato atual?

Na análise do mérito, podemos destacar que os atestados de capacidade técnica podem demonstrar a aptidão que a licitante tem para plena realização do objeto do certame. Cabe à Administração analisar em cada situação a real necessidade de se exigir quantitativos mínimos em suas licitações para se evitar a restrição de participação inclusive das microempresas e empresas de pequeno porte que possam vir a se interessar pelo certame.

O instrumento convocatório buscou guardar total consonância com o disposto na Lei n.º 8.666/1993.

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

- I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;
- II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de

cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações

objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

(...)

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

§ 4º Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

§ 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

Contudo a divergência de entendimentos acerca da matéria decorre, principalmente, dos vetos ao art. 30. Nesse sentido, Marçal Justen Filho explica o seguinte:

“(1) Dificuldades Atinentes à Interpretação do Dispositivo Antes de tudo, deve ressaltar-se a dificuldade em interpretar o art. 30. Por um lado, trata-se de tema dos mais problemáticos, especialmente por ser impossível à lei minudenciar limites precisos para as exigências que a Administração adotará. Por outro lado, houve vetos presidenciais que desnaturaram a sistemática adotada pelo legislador. O art. 30 teve sua racionalidade comprometida em virtude desses vetos. Logo, é impossível afirmar com certeza que determinada interpretação é a única (ou melhor) comportada pela regra. Trata-se de uma daquelas hipóteses em que a evolução social (inclusive e especialmente em face da jurisprudência) determinará o conteúdo da disciplina para o tema, tal como adiante será exposto.”[JUSTEN FILHO, Marçal; Comentários à lei de licitações e contratos administrativos; 6. ed. São Paulo: Dialética, 1999, p. 310.]

Diante desse fato, existem atualmente duas correntes doutrinárias relativamente à interpretação do artigo 30 da Lei nº 8.666/93, segundo o administrativista Carlos Pinto Coelho Motta:

“A primeira, considerando ao pé-da-letra a expressão ‘limitadas as exigências a’... que figura no § 1º do art. 30, e combinando-a com o veto ao inciso II do mesmo parágrafo, passa a admitir apenas a comprovação de capacidade técnico-profissional constante do inciso I do parágrafo. Em consequência, não poderiam ser exigidos atestados e comprovantes de experiência anterior em nome da empresa, mas tão-somente em nome do profissional pertencente ao quadro permanente da empresa. A segunda, baseando-se em uma interpretação mais histórica que literal, enfatiza a redação do inciso II do art. 30 e combina com o § 3º. Admite, assim, a exigência de certidões ou atestados que explicitem a experiência pregressa da empresa, **com características, quantidades e prazos semelhantes ao escopo licitado.**” [MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Eficácia nas licitações e contratos. 7 e.d.; Belo Horizonte: Del Rey, 1998, p. 186.] (grifo nosso)

Ao comentar o parágrafo, Marçal Justen Filho nos ensina que:

“Na linha de proibir cláusulas desarrazoadas, estabeleceu-se que somente podem ser previstas no ato convocatório exigências autorizadas na Lei (art. 30, § 5º). Portanto, estão excluídas tanto as cláusulas expressamente reprovadas pela Lei nº 8.666 como aquelas não expressamente por ela permitidas. A Lei proíbe requisitos de quantidades mínimas ou de prazos máximos, o que tem de ser interpretado em termos. É claro que a vedação examinada não exclui o dimensionamento numérico da experiência anterior, para fins de fixação da equivalência ao objeto licitado. Ou seja, admite-se exigência de experiência anterior na execução de obras ou serviços similares. Isso envolve uma certa dificuldade, pois a similitude tanto envolve questões “qualitativas” quanto “quantitativas”. **Pode-se avaliar a experiência anterior quer tendo em vista a natureza (qualitativa) da atividade como também em função das quantidades mínimas ou dos prazos máximos na execução de prestações similares.** Existem situações em que o fator quantitativo é relevante, para fins de qualificação técnico-profissional. **É inviável reputar que um particular detém qualificação técnica para serviço de manutenção de trezentas máquinas simplesmente por ser titular de bom desempenho na manutenção de uma única máquina.** A Lei consagrou preconceito insustentável, pois a boa execução anterior de quantidades mínimas e (ou) com prazos máximos pode ser a única forma de evidenciação da qualificação técnico-profissional. Seria reprovável a exigência de experiência anterior com quantidades mínimas ou prazos máximos se isso fosse desnecessário para comprovação da qualificação técnica do sujeito, em função das peculiaridades do objeto licitado.”

[JUSTEN FILHO, Marçal; Comentários à lei de licitações e contratos administrativos; 6. ed. São Paulo: Dialética, 1999, p. 323.] (grifo nosso)

De toda forma, o edital do BANDES não faz exigência de **quantidades mínimas ou prazos máximos** para comprovação de qualificação técnico-profissional, uma vez que o produto objeto do certame licitatório é o serviço de auditoria contábil.

Ao solicitar que as licitantes tenham prestado serviço para outra instituição financeira nacional detentora de ativo total de valor igual ou superior a um bilhão e setenta e sete milhões de reais não faz exigência de **quantidades mínimas ou prazos máximos** para comprovação de qualificação técnico-profissional.

Ainda assim, por outro lado, as instituições financeiras nacionais detentoras de ativo total de valor igual ou superior a um bilhão e setenta e sete milhões de reais são mais de 120 instituições, que representam quase 70% do total. Considerando que, obviamente, não há restrição de tempo, não há motivos para dizer que há restrição a competição.

Pedido indeferido.

ITEM 9

Argumenta o impugnante que o item 1.6 do Anexo II é cláusula que restringe a competição, já que exige o reconhecimento de firma para as seguintes declarações listadas abaixo:

- 1.1. Em caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, declaração de que cumpre plenamente os requisitos de qualificação como ME e EPP, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 (ANEXO VII);
- 1.2. Declaração de inexistência de fato superveniente que impeça a participação na licitação (ANEXO VIII);
- 1.3. Declaração do Licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 14 (quatorze) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei n.º 9.854/99) (ANEXO IX);
- 1.4. Declaração de que concorda com todas as condições expressas no Edital e seus Anexos (ANEXO X);
- 1.5. Declaração de que dispõe ou disporá, até o momento da contratação, em seu quadro efetivo de profissionais em número e qualificação exigida para a prestação dos serviços a serem contratados (ANEXO XI).

Nesse sentido, é imperioso esclarecer as regras estabelecidas no Edital para que não ocorra qualquer equívoco de interpretação pela empresa licitante. O item 1.6 do instrumento convocatório em momento algum veda de imediato, a participação de empresas que não apresentem os documentos para fins de habilitação, desde que os documentos comprobatórios sejam devidamente sanados, caso contrário, estaria a Comissão de Licitação violando o princípio que é a base estrutural para qualquer licitação que é o princípio administrativo do instrumento convocatório.

Quanto à suposta irregularidade apontada no 1.6 do Anexo II (exigência que as declarações deverão constar firma reconhecida em cartório), esclarecemos que, com fulcro no princípio da segurança jurídica que tem força normativa, do princípio da transparência e do poder discricionário da administração pública nos atos que são praticados em prol do interesse público, do poder de autonomia administrativa, o BANDES visando evitar eventuais fraudes em documentos que lesionará o certame e a contratação na prestação dos serviços e objetivando assegurar o princípio da isonomia entre os licitantes, adotou nas regras edilícias a apresentação pela empresa declarações com firmas reconhecidas em cartório.

Pelos argumentos normativos elencados, a administração pública entende ser necessária a exigência do 1.6 do Anexo II, tendo em vista que os atos do Tabelião são dotados de fé pública, tornando-se essencial ao BANDES receber os documentos exigidos com reconhecimento do cartório para fins de habilitação.

Diante do exposto, a fim de evitar fraude ao certame, entendem ser necessária a exigência dos requisitos subscritos, não excedendo dessa forma, seu poder discricionário e tampouco violação as normas legais.

Pedido indeferido.

ITEM 10

O licitante interessado questiona a não necessidade de apresentação da Certidão Negativa e Débitos perante a Fazenda Pública do Estado onde a empresa possui sede, conforme item 3.3 do Edital de Concorrência 01/2018.

Alega que o serviço de auditoria contábil não tem necessidade de registro junto a fazenda pública estadual. Insta salientar que o pedido formulado no item 10 da peça recursal carece de embasamento teórico para uma análise mais aprofundada sobre o tema.

A Lei Federal 8.666/93, a qual rege a Concorrência em epígrafe, em seu Artigo 2º7, prevê que, para fins de habilitação, os interessados nos certames licitatórios devem apresentar a documentação relativa à regularidade fiscal, definida no art. 29, vejamos:

“Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em:

I - prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);

II - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos

termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.”

Embora a Lei tenha sido omissa quanto a prescindibilidade da apresentação, total ou em parte, da documentação de habilitação, se considerarmos que numa licitação pela modalidade de Concorrência, cujo o valor seja na casa dos milhões de reais considerando as prorrogações contratuais, como no caso da licitação em epígrafe, onde o BANDES tenta resguardar de todas as formas o interesse público de ter a melhor contratação possível, a dispensa dos documentos de regularidade fiscal não é justificável.

Assim, a exigência da regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, previsto no artigo acima transcrito é a regra nesta contratação pública.

Temos que discordar do Impugnante, quando alega que as empresas do ramo são isentas de apresentarem referida comprovação, pois a Lei 8.666/93 em seu artigo 29 é clara ao informar quais documentos habilitatórios podem ser solicitados em uma licitação. Não há o que se falar de isenção de apresentação de documentos habilitatórios.

Por outra análise, a Impugnante poderia alegar ser isenta de recolher tributos estaduais, o que não mudaria o posicionamento desta Comissão, haja visto que esta situação deve ser verificada pelo único documento que a Lei nos permite exigir que é justamente a Certidão de Regularidade perante a Fazenda Estadual.

Ainda, a Impugnante já foi contratada pelo BANDES através de licitações anteriores quando houve a exigência da referida documentação sem nenhuma insurgência contra o tema.

Dessa forma, novamente, entendemos que a insurgência sobre o tema não traz benefício algum para a Impugnante, a não ser o de se manter como atual contratada, ao tentar promover o atraso do certame licitatório em questão.

Pedido indeferido.

ITEM 11

Insurge-se a impugnante em face da adoção da concorrência como modalidade licitatória a reger o presente certame. Para tal, apresenta unicamente um julgado do Tribunal de Contas da União, no qual se exige – em regra – a adoção do pregão preferencialmente na forma eletrônica para a contratação de serviços de auditoria interna.

Sustenta o impugnante a sua tese acerca da “obrigatoriedade” do uso da modalidade licitatória pregão valendo-se do conteúdo do Acórdão 1.046/2014 do TCU. No julgado em espécie, a Corte de Contas da União - analisando um caso concreto - concluiu pela obrigatoriedade do pregão como modalidade a reger o procedimento de licitação para contratação de serviços de auditoria contábil.

Oportuno ressaltar que o Acórdão em referência é da lavra do Tribunal de Contas da União, não possuindo, pois, efeito vinculativo aos demais entes federados, dentre os quais se inclui o Bandes, sujeito a controle do Tribunal de Contas do Espírito Santo.

Assim, a legislação que subsidiou a decisão do TCU abrange as entidades da administração pública federal. Veja-se, pois a redação do parágrafo único do artigo 1º do Decreto 5.450/2005:

“Parágrafo único. Subordinam-se ao disposto neste Decreto, além dos órgãos da administração pública federal direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União. (grifo nosso)”.

E nesse sentido se repetem todos os demais normativos que tratam da abrangência dessa matéria apenas em nível Federal e utilizados no excerto em referência.

Tais fatos já seriam suficientes a afastar a impugnação ora analisada, vez que balizada somente nas considerações da Corte de Contas da União.

Entrementes, apenas para efeito elucidativo, em análise ao Acórdão supramencionado, vê-se que a conclusão pela obrigatoriedade do uso da modalidade pregão obedeceu às peculiaridades do caso concreto. À ocasião, o relator do caso, Ministro Benjamin Zymler, valendo-se do aresto nº 1314/2013-TCU-Plenário, enfatizou que “a fixação da correta exegese de um texto normativo ou do sistema jurídico como um todo, **em uma situação abstrata, impede a necessária evolução do Direito** calcada na apreciação do ordenamento jurídico, segundo a visão particular de cada Relator em cada situação concreta examinada” (grifo nosso).

Disso conclui-se que a intenção do julgador da Corte de Contas da União não foi vertida a evidenciar a adoção única do pregão como modalidade licitatória a reger todas as contratações de serviços de auditoria. O que restou devidamente demonstrado foi a necessidade de se efetuar a **análise caso a caso**, da adoção da modalidade licitatória que melhor atenda ao interesse da entidade promotora a licitação.

Assim, é de se concluir que é indispensável a verificação caso a caso para se identificar as hipóteses em que será possível, ou não, o uso da modalidade pregão. Esse certamente é o ponto mais salutar do citado julgado, vez que ressalta a necessidade de se refletir sobre o conceito de bem ou serviço comum e a sua adequação, ou não, à finalidade de contratação de serviços de auditoria.

Para além disso, o próprio julgado ressalva a **incipiência da questão** e a possibilidade, **devidamente justificada**, de afastamento do uso do pregão como modalidade licitatória para contratação de serviços de auditoria.

Desta feita, da análise criteriosa das necessidades da Instituição Financeira ora impugnada, foi que se chegou à conclusão de que a licitação na modalidade concorrência e do tipo técnica e preço é que atenderia às especificidades e complexidades do objeto então delineado.

Conforme devidamente justificado pela área técnica, a “contratação de empresa de auditoria com maior experiência técnica irá auxiliar no alcance do objetivo do banco de concluir o processo de avaliação e classificação de rating para futura captação externa de recursos”, fator importante para sua sustentabilidade financeira. Já a escolha do tipo técnica e preço se presta a “proporcionar a obtenção de proposta técnica de melhor qualidade”, para atender às necessidades do Bandes.

Conforme bem delineado no parecer jurídico de fls. 148/156:

“A Administração deve, portanto, examinar se o desempenho de suas funções poderá ocorrer com a execução de uma prestação que apresente qualidade mínima ou se será necessário elevar a qualidade da prestação de serviço para atender a necessidade pública, de modo a ampliar o desempenho da Administração. Portanto, tal situação é verificada no presente caso, em que as necessidades peculiares do BANDES e o momento da contratação, considerando diversos fatores institucionais, exigem critérios de qualificação técnica mais elevados para o serviço de auditoria contábil, conforme argumentos trazidos pela área técnica.

(...)

Assim, a GECON manifestou-se pela escolha do tipo técnica e preço por entender que as necessidades específicas do BANDES, no presente momento, demandam uma prestação de serviço de auditoria mais qualificada tecnicamente, superior a padrões mínimos predeterminados, para que haja efetividade e resultados positivos na prestação dos serviços para o BANDES, o que foi corroborado pela Diretoria Executiva.”

A escolha da modalidade e do tipo licitatórios atende, pois, às demandas e obrigações que ora se impõem a esta Instituição, bem como às suas necessidades institucionais, voltadas ao atendimento dos seus interesses.

Nesse ponto, convém salientar que a própria impugnante se contradiz ao advogar pelo uso do pregão como modalidade licitatória - estritamente ligada à contratação de empresa que apresente melhor proposta de preço – e o reconhecimento de que os serviços de auditoria são de cunho iminentemente intelectuais, como se vê no item 3.3 de sua peça impugnatória. Ora, se o que se requer é a escolha de modalidade que tenha por critério de escolha o menor preço, há que se abstrair de seu conteúdo intelectual, afeito somente às modalidades de licitação regidas pela lei 8666/93. Dessarte, como evidenciado pela própria impugnante, em se tratando de serviços de cunho intelectual, com mais razão está acertada a opção pela licitação do tipo técnica e preço.

Assim, devidamente justificada a utilização da modalidade impugnada nesta ocasião, bem como compatível com a complexidade do objeto a ser licitado, é de se concluir que, registre-se - embora não vinculativas - foram respeitadas as orientações extraídas do citado Acórdão, não havendo motivo suficiente a afastar o uso da modalidade licitatória que irá melhor atender aos interesses desta Instituição.

Por fim, impende salientar que a Administração Pública deve preservar o interesse público sobre o particular no exercício de suas funções. Para tal, sua liberdade de atuação está sempre balizada no princípio da eficiência, a nortear os critérios de oportunidade e conveniência na escolha dos seus atos.

A adoção da modalidade licitatória ora impugnada cingiu-se às necessidades desta Instituição e à finalidade de se atender ao princípio da eficiência, norteador de toda a atuação administrativa.

Assim, não sendo vinculativa a decisão da Corte de Contas da União e tendo sido devidamente justificada a necessidade de realização de uma licitação sob modalidade que melhor atenda à complexidade do objeto a ser contratado e às necessidades desta Instituição Financeira, não há que se falar em alteração da modalidade de licitação.

Pedido indeferido.

ITEM 12

Contrapõe-se a impugnante em razão da adoção dos critérios de pontuação previstos no edital, à alegação de que o peso da proposta técnica “é muito discrepante da proposta financeira”, o que gera entraves de caráter competitivo ao certame.

Como já restou salientado linhas acima, o tipo de licitação **melhor técnica** é adequado quando o aspecto qualitativo do objeto a ser contratado for relevante para a satisfação das necessidades da Administração. E, in casu, a fundamentação para a adoção de critério de seleção da proposta mais vantajosa reside exatamente em aspectos de ordem técnica.

Destarte, foi levada em conta a necessidade de serem valoradas as propostas técnicas em maior importe do que as propostas de preço, tudo diante das necessidades devidamente justificadas por esta Instituição.

Com relação aos pesos utilizados para obtenção da nota técnica e da nota de preço, não há que se falar em disparidade ou em excesso, já que tal adoção reflete a intenção desta administração em enfatizar a técnica como preponderante. Assim, de acordo com a área técnica, “a adoção do peso 70% (setenta por cento) para a técnica e 30% (trinta por cento) para a proposta de preço busca proporcionalizar de modo adequado a natureza e o grau de complexidade dos serviços a serem prestados sem constituir-se em elemento de restrição à competitividade”.

Ademais, como também restou justificado pela área técnica, a contratação de empresa de auditoria suficientemente qualificada, ou seja, com maior experiência técnica, poderá “auxiliar no alcance do objetivo do banco de concluir o processo de avaliação e classificação de rating para futura captação externa de recursos”. Pelo porte e complexidade do negócio, bem como pelos resultados que são esperados da citada contratação, é que foi feita a escolha dos pesos para o julgamento das propostas, prevalecendo o critério técnico em face do critério de preços.

Imprescindível esclarecer que a intenção preponderante remonta à prevalência do interesse público sobre o particular. Assim, segundo critérios de conveniência e oportunidade, é que se optou pela pontuação técnica com valoração maior do que a proposta de preços. Isso porque a contratação almejada será de fator importante para a sustentabilidade financeira desta Instituição, em especial quando se levam em conta seus objetivos institucionais.

Portanto, vê-se que a impugnante se insurge quanto ao único objetivo que é, de fato, selecionar a empresa mais bem qualificada para a prestação do serviço almejado por esta Instituição. Ao contrário do que foi dito na peça impugnatória, não há “restrições à competitividade”, e sim, busca pela proposta mais vantajosa à Administração, tanto no aspecto técnico, quanto no de preço.

Aliás, vê-se que a impugnante mais uma vez volve à descrição do serviço como sendo de natureza comum, para retirar dele o preceito técnico que lhe é inerente, eis que adotada a modalidade concorrência sob o tipo técnica e preço.

Como já dito e redito, a seleção de empresa mais bem qualificada – diante da natureza e da complexidade do serviço a ser contratado – é que impõe a prevalência da técnica sobre o preço.

Tampouco há que se falar em “direcionamento”, vez que os critérios de pontuação escolhidos servem apenas para aferir as melhores condições de prestação do serviço pela empresa a ser futuramente contratada. O objetivo é, pois, aferir se a licitante possui condições para lidar com as especificidades que o serviço técnico exige e o critério técnico é que nos há de devolver essa convicção.

Há ainda que se ressaltar não haver óbice legal à utilização desses critérios de pontuação para melhor julgar as propostas.

Por tais motivos, levando-se em conta a discricionariedade da atuação administrativa, poder-dever de que esta Instituição faz uso na busca do cumprimento de seus objetivos institucionais aliados à busca da proposta mais vantajosa e ao atendimento ao princípio da eficiência, é que se optou pela distribuição da pontuação nos precisos termos estabelecidos no item 11 do edital.

Pedido indeferido.

4. DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto, julgada **improcedente** a impugnação movida pela licitante Maciel Auditores S/S em face do edital de Concorrência nº 2018/001, **à exceção do item 5**, acolhido para fins de conferir-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para regularização dos documentos das ME/EPP, nos termos da Lei Complementar 147/2014 e 155/2017.

Permanecem inalteradas as demais disposições contidas no instrumento convocatório.

Vitória, 04 de junho de 2018.

Comissão Especial de Licitação

5. Anexo I – Relação de Normativos BACEN após 2013

1. Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015 – Alteração na alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
2. Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015 – Que modifica critérios para perdas no recebimento de créditos decorrentes das atividades da pessoa jurídica.
3. Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014 – que altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins; revoga o Regime Tributário de Transição – RTT
4. Lei complementar nº 157, de 29 de dezembro de 2016 - Altera a Lei Complementar no 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
5. Portaria Conjunta PGFN/RFB 008, de 18 de outubro de 2013 – DOU 22.10.2013 - Dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e à Secretaria da Receita Federal do Brasil relativos ao PIS e à Cofins, na forma do art. 39 da Lei 12.865/2013.
6. IN RFB 1.331, de 1º de fevereiro de 2013 – DOU 04.02.2013 Prorroga o prazo de entrega do Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais (Dacon) relativo a fatos geradores ocorridos nos meses de outubro de 2012 a fevereiro de 2013.
7. Instrução Normativa 1757/2017 - Dispõe sobre a Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte relativa ao ano-calendário de 2017 e a situações especiais ocorridas em 2018 (Dirf 2018) e o Programa Gerador da Dirf 2018 (PGD Dirf 2018).
8. Instrução Normativa 1700/2017 - Dispõe sobre a determinação e o pagamento do imposto sobre a renda e da contribuição social sobre o lucro líquido das pessoas jurídicas e disciplina o tratamento tributário da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins no que se refere às alterações introduzidas pela Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014.
9. Instrução Normativa 1587/2015 - Dispõe sobre a Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte relativa ao ano-calendário de 2015 e a situações especiais ocorridas em 2016 (Dirf 2016) e o Programa Gerador da Dirf 2016 (PGD Dirf 2016).
10. Instrução Normativa 1515/2014 Dispõe sobre a determinação e o pagamento do imposto sobre a renda e da contribuição social sobre o lucro líquido das pessoas jurídicas, disciplina o tratamento tributário da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins no que se refere às alterações introduzidas pela Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e dá outras providências.
11. Instrução Normativa 1503/2014 -Dispõe sobre a Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (Dirf) e o Programa Gerador da Dirf 2015 (PGD Dirf 2015).
12. Instrução Normativa 1453/2014 - Altera a Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, que dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais

destinadas à Previdência Social e as destinadas a outras entidades ou fundos, administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e dá outras providências.

13. Instrução Normativa 1314/2013 Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.285, de 13 de agosto de 2012, que dispõe sobre a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins devidas pelas pessoas jurídicas elencadas no § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.
14. IN RFB 1.338, de 26 de março de 2013 – DOU 27.03.2013 Altera a Instrução Normativa RFB 880/2008, que dispõe acerca do Manual da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) e do Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (SEFIP) para usuários do SEFIP 8, bem como aprova a versão 8.4 do SEFIP e dá outras providências.
15. IN RFB 1.352, de 30 de abril de 2013 – DOU 02.05.2013 Altera a Instrução Normativa RFB 787/2007, que institui a Escrituração Contábil Digital (ECD), para dispor que, nos casos de extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação, ocorridos de janeiro a maio do ano da entrega da ECD para situações normais, o prazo será até o último dia útil do mês de junho do referido ano.
16. IN RFB 1.354, de 30 de abril de 2013 – DOU 02.05.2013 Altera a Instrução Normativa RFB 967/2009, que aprova o Programa Validador e Assinador da Entrada de Dados para o Controle Fiscal Contábil de Transição (Fcont), para dispor que nos casos de extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação, ocorridos de janeiro a maio do ano da entrega do FCont para situações normais, o prazo será até o último dia útil do mês de junho do referido ano.
17. IN RFB 1.387, de 21 de agosto de 2013 – DOU 22.08.2013 Altera a Instrução Normativa RFB 1.252/2012, que dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições) e dá outras providências. Dentre as alterações
18. Decreto 7.975, de 1º de abril de 2013 – DOU 02.04.2013 Altera o Decreto 6.306/2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF
19. IN RFB 1.402, de 22 de outubro de 2013 – DOU 23.10.2013 Altera a IN RFB 907, de 09 de janeiro de 2009, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF).
20. Carta Circular nº 3.858, 28/12/2017 - Assunto: Altera o Leiaute e as Instruções de preenchimento do documento de código 2061 - Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO), de que trata a Carta Circular nº 3.663, de 27 de junho de 2014.
21. Circular nº 3.869, 19/12/2017 - Assunto: Estabelece a metodologia de apuração do indicador Liquidez de Longo Prazo (NSFR), dispõe sobre a divulgação de informações relativas ao NSFR e altera a Circular nº 3.749, de 5 de março de 2015.
22. Carta Circular nº 3.854, 19/12/2017
Assunto: Detalha rubricas contábeis a serem utilizadas na apuração da parcela dos ativos ponderados pelo risco na forma simplificada (RWAS5) referente ao cálculo do requerimento de capital para cobertura

do risco operacional mediante abordagem padronizada simplificada (RWAROSimp).

23. Carta Circular nº 3.853, 19/12/2017
Assunto: Detalha rubricas contábeis a serem utilizadas no cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco na forma simplificada (RWAS5) referente às exposições ao risco de crédito sujeitas à apuração do requerimento mínimo de capital mediante abordagem padronizada simplificada (RWARCSimp).
24. Carta Circular nº 3.852, 19/12/2017
Assunto: Detalha rubricas contábeis a serem utilizadas na apuração da parcela dos ativos ponderados pelo risco na forma simplificada (RWAS5) referente à exposição em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial mediante abordagem padronizada simplificada (RWACAMSimp).
25. Carta Circular nº 3.850, 19/12/2017
Assunto: Detalha rubricas contábeis a serem utilizadas na apuração do Patrimônio de Referência Simplificado (PRSS).
26. Circular nº 3.866, 13/12/2017
Assunto: Estabelece procedimentos para registro contábil e divulgação de informações pela instituição emissora de Letra Imobiliária Garantida (LIG), na condição de administradora das carteiras de ativos submetidas ao regime fiduciário previsto no art. 69 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.
27. Circular nº 3.863, 7/12/2017
Assunto: Estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco na forma simplificada (RWAS5) relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada simplificada (RWAROSimp), de que trata a Resolução nº 4.606, de 19 de outubro de 2017.
28. Circular nº 3.862, 7/12/2017
Assunto: Estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco na forma simplificada (RWAS5) referente às exposições ao risco de crédito sujeitas à apuração do requerimento de capital mediante abordagem padronizada simplificada (RWARCSimp), de que trata a Resolução nº 4.606, de 19 de outubro de 2017.
29. Circular nº 3.861, 7/12/2017
Assunto: Estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco na forma simplificada (RWAS5) relativa à exposição em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial mediante abordagem padronizada simplificada (RWACAMSimp), de que trata a Resolução nº 4.606, de 19 de outubro de 2017.
30. Carta Circular nº 3.846, 1/12/2017
Assunto: Cria e altera rubricas contábeis no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) para registro de reservas livres no Banco Central do Brasil.
31. Resolução nº 4.606, 19/10/2017
Assunto: Dispõe sobre a metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRSS), os requisitos para opção por essa metodologia e os requisitos adicionais para a estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos.

32. Carta Circular nº 3.842, 22/9/2017
Assunto: Atualiza o MCR - Documento 5-A, que trata do Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor), para adaptar o conteúdo às alterações decorrentes do Plano Agrícola e Pecuário 2017/2018.
33. Circular nº 3.849, 18/9/2017
Assunto: Altera as Circulares ns. 3.644, de 4 de março de 2013, 3.748, de 27 de fevereiro de 2015, e 3.809, de 25 de agosto de 2016.
34. Resolução nº 4.598, 29/8/2017
Assunto: Dispõe sobre a emissão de Letras Imobiliárias Garantidas por parte das instituições financeiras que especifica.
35. Resolução nº 4.593, 28/8/2017
28/8/2017 19:23
Assunto: Dispõe sobre o registro e o depósito centralizado de ativos financeiros e valores mobiliários por parte de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como sobre a prestação de serviços de custódia de ativos financeiros.
36. Carta Circular nº 3.828, 19/6/2017
19/6/2017 14:49
Assunto: Cria e altera rubricas contábeis no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).
37. Carta Circular nº 3.821, 24/5/2017
24/5/2017 15:31
Assunto: Inclui atributo relativo às instituições de pagamento em rubricas do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).
38. Circular nº 3.833, 17/5/2017
17/5/2017 18:07
Assunto: Dispõe sobre critérios, procedimentos e regras contábeis aplicáveis às instituições de pagamento.
39. Carta Circular nº 3.814, 17/4/2017
17/4/2017 12:18
Assunto: Esclarece acerca do registro contábil decorrente de contratos de prestação de serviços firmados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para pagamentos de benefícios.
40. Carta Circular nº 3.810, 15/3/2017
15/3/2017 15:17
Assunto: Divulga procedimentos para remessa de informações de que tratam as Circulares ns. 3.819 e 3.820, de 14 de dezembro de 2016, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil em regime de liquidação extrajudicial e pelas administradoras de consórcio em regime de liquidação extrajudicial.

41. Carta Circular nº 3.809, 10/3/2017
10/3/2017 15:59
Assunto: Altera função de título contábil no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), relativo a registro de depósitos para liquidação de ajustes e de posições em sistemas de compensação e de liquidação.
42. Carta Circular nº 3.808, 10/3/2017
10/3/2017 14:21
Assunto: Exclui títulos e subtítulo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).
43. Resolução nº 4.557, 23/2/2017
23/2/2017 18:33
Assunto: Dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital.
44. Resolução nº 4.553, 30/1/2017
30/1/2017 10:00
Assunto: Estabelece a segmentação do conjunto das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial.
45. Carta Circular nº 3.799, 30/12/2016
30/12/2016 14:46
Assunto: Dispõe sobre as informações que devem constar no relatório de que trata a Circular nº 3.648, de 4 de março de 2013.
46. Carta Circular nº 3.797, 21/12/2016
21/12/2016 16:18
Assunto: Altera a Carta Circular nº 3.767, de 23 de maio de 2016, que cria, exclui e altera rubricas contábeis no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) para registro de operações de crédito rural.
47. Carta Circular nº 3.796, 19/12/2016
19/12/2016 11:34
Assunto: Cria, altera e exclui títulos e subtítulos contábeis no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) para registro e controle das obrigações de instituições em liquidação.
48. Carta Circular nº 3.794, 15/12/2016
15/12/2016 15:21
Assunto: Altera a função de título do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).
49. Carta Circular nº 3.792, 15/12/2016
15/12/2016 14:47
Assunto: Cria títulos e subtítulos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) para registro de ajustes de variação cambial de investimentos no exterior e hedge de investimento no exterior.

50. Circular nº 3.820, 14/12/2016
14/12/2016 18:52
Assunto: Dispõe sobre critérios e procedimentos contábeis aplicáveis às administradoras de consórcio em regime de liquidação extrajudicial.
51. Circular nº 3.819, 14/12/2016
14/12/2016 18:44
Assunto: Dispõe sobre procedimentos contábeis aplicáveis às instituições em regime de liquidação extrajudicial na elaboração, remessa e divulgação de demonstrações financeiras.
52. Circular nº 3.818, 14/12/2016
14/12/2016 18:05
Assunto: Dispõe sobre os critérios e procedimentos para reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível e sobre o ativo diferido das administradoras de consórcio e das instituições de pagamento.
53. Circular nº 3.817, 14/12/2016
14/12/2016 18:02
Assunto: Dispõe sobre os critérios e procedimentos para reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso das administradoras de consórcio e das instituições de pagamento.
54. Circular nº 3.816, 14/12/2016
14/12/2016 18:01
Assunto: Dispõe sobre o registro contábil dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de demonstrações financeiras de dependências e de investimentos em coligada ou controlada no exterior.
55. Carta Circular nº 3.791, 1/12/2016
1/12/2016 16:21
Assunto: Cria e exclui rubricas contábeis no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).
56. Resolução nº 4.535, 24/11/2016
24/11/2016 19:19
Assunto: Dispõe sobre os critérios de reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso.
57. Resolução nº 4.534, 24/11/2016
24/11/2016 19:18
Assunto: Dispõe sobre os critérios para reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível e sobre o ativo diferido.
58. Carta Circular nº 3.787, 7/11/2016
7/11/2016 15:19
Assunto: Altera o Leiaute e as Instruções de preenchimento do documento de código 2061 - Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO), de que trata a Carta Circular nº 3.663, de 27 de junho de 2014.

59. Resolução nº 4.527, 29/9/2016
29/9/2016 18:37
Assunto: Altera o Regulamento anexo à Resolução nº 3.339, de 26 de janeiro de 2006, que disciplina as operações compromissadas envolvendo títulos de renda fixa.
60. Resolução nº 4.524, 29/9/2016
29/9/2016 18:33
Assunto: Dispõe sobre procedimentos contábeis relativos ao reconhecimento dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de transações em moeda estrangeira e de demonstrações financeiras de investidas no exterior e às operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior.
61. Carta Circular nº 3.782, 19/9/2016
19/9/2016 14:51
Assunto: Cria, exclui e altera rubricas contábeis no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), para registro de provisões passivas.
62. Resolução nº 4.517, 24/8/2016
24/8/2016 19:12
Assunto: Altera a Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, que dispõe sobre a elaboração, a divulgação e a remessa de demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial ao Banco Central do Brasil.
63. Resolução nº 4.516, 24/8/2016
24/8/2016 19:11
Assunto: Dispõe sobre critérios contábeis aplicáveis às instituições em regime de liquidação extrajudicial.
64. Resolução nº 4.502, 30/6/2016
30/6/2016 18:22
Assunto: Estabelece requisitos mínimos a serem observados na elaboração e na execução de planos de recuperação por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
65. Comunicado nº 29.652, 29/6/2016
29/6/2016 09:38
Assunto: Divulga Declaração de Propósito de responsabilidade da Federação das Cooperativas de Consumo dos Funcionários do Banco do Brasil FECOB
66. Carta Circular nº 3.769, 20/6/2016
20/6/2016 15:07
Assunto: Cria e altera rubricas contábeis no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) para registro de direitos creditórios descontados.
67. Carta Circular nº 3.767, 23/5/2016
23/5/2016 11:34
Assunto: Cria, exclui e altera rubricas contábeis no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), para registro de operações de crédito rural.

68. Comunicado nº 29.198, 9/3/2016
9/3/2016 09:32
Assunto: Comunica a inclusão de nova crítica no Grupo N - ERRO DE SALDO NA CONTA, na Tabela de Críticas do Sistema Cosif.
69. Carta Circular nº 3.759, 2/3/2016
2/3/2016 16:57
Assunto: Altera o MCR - Documento 5-A, que trata do Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor).
70. Carta Circular nº 3.750, 25/1/2016
25/1/2016 11:14
Assunto: Cria títulos e subtítulos, e altera o nome e a função de títulos contábeis no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).
71. Circular nº 3.776, 30/12/2015
30/12/2015 17:45
Assunto: Estabelece condições e procedimentos a serem observados para a apresentação dos pedidos fundamentados em estudos técnicos, mencionados nos arts. 1º, § 7º, e 5º, § 3º, da Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, que dispõe sobre registro contábil de créditos tributários das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
72. Carta Circular nº 3.746, 30/12/2015
30/12/2015 11:48
Assunto: Altera as Instruções de preenchimento dos documentos de códigos 2061 e 2071 - Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO), de que tratam as Cartas Circulares ns. 3.663, de 27 de junho de 2014, e 3.681, de 24 de novembro de 2014.
73. Carta Circular nº 3.745, 22/12/2015
22/12/2015 11:45
Assunto: Altera a Carta Circular nº 3.731, de 13 de outubro de 2015, que cria rubricas contábeis no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).
74. Carta Circular nº 3.743, 18/12/2015
18/12/2015 18:52
Assunto: Cria rubrica no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) para registro de depósitos a prazo contratados com fundos garantidores.
75. Resolução nº 4.455, 17/12/2015
17/12/2015 18:58
Assunto: Dispõe sobre procedimentos contábeis relativos ao reconhecimento dos efeitos das variações cambiais na conversão de demonstrações financeiras de dependência e de entidade coligada ou controlada no exterior e a operações de hedge de variação cambial de dependências ou de investimentos em coligada ou controlada no exterior.
76. Carta Circular nº 3.738, 9/12/2015
9/12/2015 11:04
Assunto: Cria e altera rubricas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif)

para registro de saldos de moeda eletrônica.

77. Resolução nº 4.444, 13/11/2015

13/11/2015 08:02

Assunto: Dispõe sobre as normas que disciplinam a aplicação dos recursos das reservas técnicas, das provisões e dos fundos das sociedades seguradoras, das sociedades de capitalização, das entidades abertas de previdência complementar e dos resseguradores locais, sobre as aplicações dos recursos exigidos no País para a garantia das obrigações de ressegurador admitido e sobre a carteira dos Fundos de Aposentadoria Programada Individual (Fapi).

78. Circular nº 3.770, 29/10/2015

29/10/2015 19:15

Assunto: Altera a Circular nº 3.644, de 4 de março de 2013, que estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela relativa dos ativos ponderados pelo risco sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWAcpad).

79. Circular nº 3.768, 29/10/2015

29/10/2015 19:12

Assunto: Estabelece a metodologia de apuração da parcela Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal (ACPSistêmico), de que trata a Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013.

80. Resolução nº 4.441, 29/10/2015

29/10/2015 19:09

Assunto: Altera a Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o registro contábil de créditos tributários das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

81. Carta Circular nº 3.731, 13/10/2015

13/10/2015 17:09

Assunto: Cria rubricas contábeis no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

82. Carta Circular nº 3.729, 8/10/2015

8/10/2015 14:30

Assunto: Cria títulos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) para registro de ajustes de avaliação patrimonial decorrentes de remensurações atuariais.

83. Carta Circular nº 3.728, 24/9/2015

24/9/2015 14:43

Assunto: Altera o Anexo I à Carta Circular nº 3.636, de 6 de março 2014, que divulga os títulos e subtítulos do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), utilizados como base de cálculo das contribuições ordinárias das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop).

84. Carta Circular nº 3.727, 22/9/2015

22/9/2015 15:08

Assunto: Altera o Anexo I à Carta Circular nº 3.611, de 2 de setembro de 2013, que contempla a relação dos títulos e subtítulos do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), utilizados como base de cálculo das contribuições ordinárias e especiais das instituições associadas ao

Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

85. Carta Circular nº 3.725, 15/9/2015
15/9/2015 14:41
Assunto: Cria rubricas contábeis no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) para registro de contas de depósitos encerradas.
86. Circular nº 3.764, 26/8/2015
26/8/2015 15:00
Assunto: Altera e consolida as normas relativas à remessa de demonstrações financeiras ao Banco Central do Brasil.
87. Circular nº 3.763, 21/8/2015
21/8/2015
Assunto: Dispõe sobre procedimentos relativos ao encerramento de contas de depósito de que trata a Resolução nº 2.025, de 24 de novembro de 1993.
88. Resolução nº 4.424, 25/6/2015
25/6/2015
Assunto: Dispõe sobre o registro contábil e a evidenciação de benefícios a empregados.
89. Resolução nº 4.418, 22/6/2015
22/6/2015
Assunto: Altera condições do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), de que trata o Capítulo 16 do Manual de Crédito Rural (MCR).
90. Carta Circular nº 3.703, 14/4/2015
14/4/2015
Assunto: Revoga cartas circulares que tratam do Consolidado Econômico Financeiro - Conef.
91. Carta Circular nº 3.701, 10/4/2015
10/4/2015
Assunto: Estabelece procedimentos a serem observados na remessa de informações relativas a captações de recursos no exterior, de que trata a Circular nº 3.737, de 4 de dezembro de 2014.
92. Circular nº 3.753, 1/4/2015
1/4/2015
Assunto: Exclui o documento nº 5 "Consolidado Econômico Financeiro - Conef", código 4050, do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e revoga a Circular nº 2.984, de 15 de junho de 2000.
93. Circular nº 3.751, 19/3/2015
19/3/2015
Assunto: Dispõe sobre a apuração das informações para avaliação da importância sistêmica global (IAISG) de instituições financeiras e sobre a remessa ao Banco Central do Brasil e a divulgação das referidas informações.

94. Circular nº 3.748, 26/2/2015
26/2/2015
Assunto: Dispõe sobre a metodologia para apuração da Razão de Alavancagem (RA), remessa ao Banco Central do Brasil e divulgação das respectivas informações.
95. Carta Circular nº 3.695, 12/2/2015
12/2/2015
Assunto: Dispõe sobre as informações que devem constar no relatório de que trata a Circular nº 3.646, de 4 de março de 2013.
96. Carta Circular nº 3.688, 29/12/2014
29/12/2014
Assunto: Dispõe sobre as informações que devem constar no relatório de que trata a Circular nº 3.646, de 4 de março de 2013.
97. Circular nº 3.740, 24/12/2014
24/12/2014
Assunto: Altera a Circular nº 3.429, de 14 de janeiro de 2009, que estabelece procedimentos para a remessa de informações relativas às exposições ao risco de mercado e à apuração das respectivas parcelas no cálculo dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal.
98. Resolução nº 4.389, 18/12/2014
18/12/2014
Assunto: Altera a Resolução nº 4.277, de 31 de outubro de 2013, que estabelece procedimentos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado.
99. Circular nº 3.726, 6/11/2014
6/11/2014
Assunto: Dispõe sobre procedimentos para elaboração e remessa de informações relativas à apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) com base em demonstrações individuais ou do conglomerado financeiro.
100. Comunicado nº 26.588, 13/10/2014
13/10/2014 16:13
Assunto: Comunica alterações na redação das instruções de preenchimento dos Documentos Balancete Patrimonial Analítico - Conglomerado Prudencial (cód. 4060) e Balanço Patrimonial Analítico - Conglomerado Prudencial (cód. 4066), de que trata a Carta Circular n 3.651, de 25 de abril de 2014.
101. Carta Circular nº 3.672, 22/9/2014
22/9/2014
Assunto: Altera a função de título e subtítulos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).
102. Carta Circular nº 3.663, 27/6/2014
27/6/2014
Assunto: Dispõe sobre os procedimentos para a remessa das informações relativas às apurações de

limites de que trata a Circular nº 3.398, de 23 de julho de 2008, e dá outras providências.

103. Carta Circular nº 3.660, 20/5/2014

20/5/2014

Assunto: Altera a nomenclatura e a função e inclui atributo em título e subtítulos contábeis do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

104. Carta Circular nº 3.658, 13/5/2014

13/5/2014

Assunto: Cria rubricas contábeis e altera nomenclatura de desdobramento de subgrupo no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

105. Carta Circular nº 3.651, 25/4/2014

25/4/2014

Assunto: Divulga procedimentos de remessa dos documentos Balancete Patrimonial Analítico – Conglomerado Prudencial e Balanço Patrimonial Analítico – Conglomerado Prudencial e de registro das instituições que não integram conglomerado prudencial, de que trata a Circular nº 3.701, de 13 de março de 2014.

106. Carta Circular nº 3.644, 28/3/2014

28/3/2014

Assunto: Divulga instruções a respeito da utilização do sistema de Controle de Remessa de Documentos (CRD).

107. Carta Circular nº 3.648, 28/3/2014

28/3/2014

Assunto: Divulga procedimentos para o registro de dispensa de remessa do documento de código 4150 – Estatística Econômico-Financeira (EstFin) e de seu cancelamento, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

108. Carta Circular nº 3.646, 28/3/2014

28/3/2014

Assunto: Altera a sistemática de substituição de documentos do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), de que trata a Circular nº 3.510, de 26 de outubro de 2010.

109. Carta Circular nº 3.645, 28/3/2014

28/3/2014

Assunto: Divulga procedimentos para consulta aos documentos do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

110. Carta Circular nº 3.639, 21/3/2014

21/3/2014

Assunto: Altera o Anexo I da Carta Circular nº 3.636, de 6 de março de 2014.

111. Circular nº 3.701, 13/3/2014

13/3/2014

Assunto: Estabelece procedimentos para a elaboração, a divulgação e a remessa ao Banco Central do

Brasil de demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial.

112. Carta Circular nº 3.636, 6/3/2014

6/3/2014

Assunto: Divulga os títulos e subtítulos do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), utilizados como base de cálculo das contribuições ordinárias das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop).

113. Circular nº 3.700, 6/3/2014

6/3/2014

Assunto: Dispõe sobre a apuração e o recolhimento das contribuições das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), de que trata a Resolução nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

114. Carta Circular nº 3.634, 13/2/2014

13/2/2014

Assunto: Cria e exclui rubricas e estabelece aglutinações no Consolidado Econômico-Financeiro (Conef).

115. Ato do Presidente nº 1.266, 27/1/2014

27/1/2014 16:55

Assunto: Ratifica a vigência do regime de liquidação extrajudicial, decretado e restabelecido por atos do Ministro de Estado Presidente do Banco Central do Brasil, em relação às empresas Oboé Crédito, Financiamento e Investimento S.A., Oboé Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Oboé Tecnologia e Serviços Financeiros S.A. e Cia. de Investimento Oboé.

116. Circular nº 3.698, 17/1/2014

17/1/2014

Assunto: Prorroga os prazos para a remessa ao Banco Central do Brasil das demonstrações financeiras que especifica.

117. Carta Circular nº 3.625, 27/12/2013

27/12/2013

Assunto: Dispõe sobre as informações a serem enviadas ao Banco Central do Brasil acompanhando a solicitação de autorização para uso de abordagem padronizada alternativa para cálculo da parcela RWAopad, de que trata a Circular nº 3.640, de 2013, e dá outras providências.

118. Carta Circular nº 3.624, 26/12/2013

26/12/2013

Assunto: Cria, exclui e altera nomenclatura de rubricas contábeis no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

119. Carta Circular nº 3.623, 19/12/2013

19/12/2013

Assunto: Cria títulos e subtítulos para registro contábil de Certificado de Operações Estruturadas (COE) no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

120. Circular nº 3.689, 16/12/2013

16/12/2013

Assunto: Regulamenta, no âmbito do Banco Central do Brasil, as disposições sobre o capital estrangeiro no País e sobre o capital brasileiro no exterior.

121. Circular nº 3.691, 16/12/2013

16/12/2013

Assunto: Regulamenta a Resolução nº 3.568, de 29 de maio de 2008, que dispõe sobre o mercado de câmbio e dá outras providências.

122. Carta Circular nº 3.621, 22/11/2013

22/11/2013

Assunto: Dispõe sobre os procedimentos para a remessa do Balancete Combinado do Sistema Cooperativo, previsto na Circular nº 3.669, de 2 de outubro de 2013.

123. Resolução nº 4.284, 5/11/2013

5/11/2013

Assunto: Aprova o Estatuto e o Regulamento do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) e estabelece a forma de contribuição.

124. Circular nº 3.681, 4/11/2013

4/11/2013

Assunto: Dispõe sobre o gerenciamento de riscos, os requerimentos mínimos de patrimônio, a governança de instituições de pagamento, a preservação do valor e da liquidez dos saldos em contas de pagamento, e dá outras providências.

125. Circular nº 3.678, 31/10/2013

31/10/2013

Assunto: Dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR).

126. Circular nº 3.676, 31/10/2013

31/10/2013

Assunto: Altera dispositivos da Circular nº 3.647, de 4 de março de 2013.

127. Resolução nº 4.281, 31/10/2013

31/10/2013

Assunto: Altera dispositivos da Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013, que dispõe sobre a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal.

128. Resolução nº 4.280, 31/10/2013

31/10/2013

Assunto: Dispõe sobre a elaboração, a divulgação e a remessa de Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial ao Banco Central do Brasil e revoga a Resolução nº 4.195, de 1º de março de 2013.

129. Resolução nº 4.278, 31/10/2013

31/10/2013

Assunto: Altera e revoga disposições da Resolução nº 4.192, de 1º de março de 2013, que dispõe sobre a

metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR).

130. Resolução nº 4.277, 31/10/2013

31/10/2013

Assunto: Estabelece requisitos mínimos e ajustes prudenciais a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado.

131. Circular nº 3.669, 2/10/2013

2/10/2013

Assunto: Estabelece procedimentos para elaboração e remessa do Balancete Combinado do Sistema Cooperativo e elaboração e divulgação do Balanço Combinado do Sistema Cooperativo.

132. Circular nº 3.668, 25/9/2013

25/9/2013

Assunto: Estabelece procedimentos para elaboração e remessa do Balancete Patrimonial Analítico – Conglomerado Prudencial.

133. Carta Circular nº 3.611, 2/9/2013

2/9/2013

Assunto: Divulga os títulos e subtítulos do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), utilizados como base de cálculo das contribuições ordinárias e especiais das instituições associadas ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

134. Circular nº 3.666, 30/8/2013

30/8/2013

Assunto: Altera e consolida as normas relativas à apuração da base de cálculo e ao recolhimento das contribuições das instituições associadas ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

135. Carta Circular nº 3.606, 5/7/2013

5/7/2013

Assunto: Cria rubricas contábeis e altera títulos e subtítulos do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) para registro dos valores relativos à aplicação em operações de microcrédito.

136. Carta Circular nº 3.602, 13/6/2013

13/6/2013

Assunto: Cria subtítulos contábeis para registro da captação de depósitos a prazo e de obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio com garantia do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

137. Carta Circular nº 3.592, 16/4/2013

16/4/2013

Assunto: Cria títulos contábeis no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) para registro de ajustes de avaliação patrimonial.

138. Circular nº 3.648, 4/3/2013

4/3/2013

Assunto: Estabelece os requisitos mínimos para o cálculo da parcela relativa às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante sistemas internos de classificação do

risco de crédito (abordagens IRB) (RWA_{cirb}), de que trata a Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013.

139. Circular nº 3.647, 4/3/2013

4/3/2013

Assunto: Estabelece os requisitos mínimos para a utilização de abordagem avançada, baseada em modelo interno, no cálculo da parcela relativa ao risco operacional (RWA_{oama}), dos ativos ponderados pelo risco (RWA), de que trata a Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013.

140. Circular nº 3.646, 4/3/2013

4/3/2013

Assunto: Estabelece os requisitos mínimos e os procedimentos para o cálculo, por meio de modelos internos de risco de mercado, do valor diário referente à parcela RWA_{mint} dos ativos ponderados pelo risco (RWA), de que trata a Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013, e dispõe sobre a autorização para uso dos referidos modelos.

141. Circular nº 3.644, 4/3/2013

4/3/2013

Assunto: Estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWA_{cpad}), de que trata a Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013.

142. Circular nº 3.643, 4/3/2013

4/3/2013

Assunto: Estabelece os procedimentos para o cálculo do montante dos ativos ponderados pelo risco na forma simplificada (RWA_{rps}), de que trata a Resolução nº 4.194, de 1º de março de 2013.

143. Circular nº 3.642, 4/3/2013

4/3/2013

Assunto: Altera as Circulares ns. 3.354, de 27 de junho de 2007, 3.398, de 23 de julho de 2008, e 3.429, de 14 de janeiro de 2009, que dispõem sobre classificação de operações na carteira de negociação e remessa de informações para as cooperativas que apuram o montante dos ativos ponderados pelo risco na forma simplificada (RWA_{rps}), conforme estabelecido na Resolução nº 4.194, de 1º de março de 2013.

144. Circular nº 3.641, 4/3/2013

4/3/2013

Assunto: Estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada (RWA_{CAM}), de que trata a Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013.

145. Resolução nº 4.195, 1/3/2013

Assunto: Dispõe sobre a elaboração e a remessa de Balancete Patrimonial Analítico – Conglomerado Prudencial.

146. Resolução nº 4.193, 1/3/2013

Assunto: Dispõe sobre apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal.

147. Resolução nº 4.192, 1/3/2013 1/3/2013

Assunto: Dispõe sobre a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR).

148. Comunicado nº 23.522, 25/2/2013

Assunto: Comunica a extinção do Manual de Normas e Instruções (MNI).

149. Circular nº 3.632, 21/2/2013

Assunto: Define e consolida as regras do recolhimento compulsório sobre recursos à vista.

150. Carta Circular nº 3.582, 18/1/2013

Assunto: Cria títulos e subtítulo contábil no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) para controle do cumprimento da exigibilidade de recolhimento compulsório.

151. Resolução nº 4.176, 2/1/2013

Assunto: Altera o Regulamento anexo à Resolução nº 3.308, 31 de agosto de 2005, que disciplina a aplicação dos recursos das reservas, das provisões e dos fundos das sociedades seguradoras, das sociedades de capitalização e das entidades abertas de previdência complementar, bem como a aceitação dos ativos correspondentes como garantidores dos respectivos recursos, na forma da legislação e da regulamentação em vigor.